

As fábulas e o economista no país dos contrastes

*Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti**

Quando precisa soletrar o sobrenome, em diversas situações corriqueiras, Edmar sempre começa explicando: “Bacha, B de Brasil ...”. Não é para menos. Sua vida profissional se entrelaça com a trajetória da vida econômica brasileira desde “O rei de Belíndia: (...)”. A fábula, escrita em 1974 no contexto da crítica de oposição à política econômica da ditadura brasileira, consagrou em nosso imaginário social o termo Belíndia para parafrasear nosso Brasil de tão grandes desigualdades socioeconômicas. Uma década depois, no ambiente do gradual retorno à democracia, o debate econômico se deslocou para o combate a um mal menos óbvio mas tremendamente corrosivo, a inflação. A esse tema se dedicaram “O fim da inflação no reino de Lisarb” e “A inflação: os preços em alta no país do futebol”, ambos de 1985. Essas três fábulas compuseram a primeira parte do livro *Belíndia 2.0* com o qual Edmar celebrou seus 70 anos. Essa veia fabulística - que desponta também aqui e ali em toda sua obra acadêmica e artigos jornalísticos - é uma forma muito pessoal de sua participação em acirrados debates sobre políticas econômicas públicas. Ela traduz o anseio de explicar em linguagem simples, a partir de situações cotidianas e próximas, problemas complexos e cheios de technicalidades. Com notável clareza e uma boa dose de humor e criatividade, a aridez dos sempre muitos dados estatísticos, das muitas siglas e equações econômicas se vê traduzida na concretude da experiência e dos afetos.

1. Como em “O rei de Belíndia”, que tem o caminho das pedras de sua criação indicado na introdução do livro *Belíndia 2.0*: o censo de 1970 revelara o agravamento da concentração da renda nos mais ricos nos 10 anos anteriores. Naquele ano de 1974, durante a docência na Universidade de Brasília, ele havia lido um artigo acadêmico de Hollis Chenery e Montek Ahluwalia no livro desses autores *Redistribution with Growth*, que propunha medir o crescimento econômico levando em conta a distribuição de renda. Anos antes, na Universidade de Yale, onde obtivera o PhD em 1968, ele lera uma fábula escrita por um de seus professores, Edmund Phelps, sobre a taxa ótima de crescimento

econômico: Por que não fazer com as ideias de Chenery e Ahluwalia uma fábula sobre o Brasil daqueles anos?

Era uma vez, então, Belíndia, reino cujo nome revelava uma “estranha unidade dialética de contrários” derivada quiçá de problemas ligados à natureza singular de sua colonização. O economista visitante que lá chega com suas novas ideias logo se viu contratado pelo rei para calcular a taxa de crescimento do reino cuja população é designada pelo autor, não por números, exatos mas impessoais, mas por seis pessoas – Antônio, Celso, Conceição, Fernando, Francisco e Paulo.¹ Desse modo bem empático, nós leigos apreendemos a gravidade do problema a ser enfrentado. Do acréscimo da riqueza obtida pelo reino de Belíndia no intervalo de dez anos entre aquelas datas tornadas exóticas por numerais romanos, Antônio,² o mais rico, detivera a maior parcela desse crescimento, e para os outros cinco mais pobres sobrara apenas uma pequena parcela para cada um! No Brasil real os dados do censo revelavam que os 10% mais ricos haviam se apropriado de 72% do acréscimo da renda total do período. A Bélgica de Antônio ficara bem mais rica ao longo do período e distanciava-se cada vez mais da Índia dos cinco mais pobres. Atônito, o economista visitante acredita estar diante de uma filosofia política próxima de algum fundamentalismo religioso: à riqueza material equivalia a bem aventurança *post mortem* e, aos pobres, a danação do inferno! Não há como não entender o raciocínio do espantado economista, que nos interpela: “Se uma pessoa vale tanto quanto outra no plano político (independentemente de sua crença religiosa, sexo, cor, condição social) é plausível admitir que também a taxa de crescimento de sua renda deva valer tanto quanto a taxa de crescimento da

* Antropóloga. Professora Titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Os nomes foram escolhidos a dedo e correspondiam à Antônio Delfim Neto e os demais a Celso Furtado, Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, aos dois Franciscos - Weffort e Oliveira – reunidos em um só, e a Paul Singer.

² Antônio retorna 20 anos depois em “Antônio aperta o cinto” (Folha 15 de outubro de 1993). Como parte do plano de estabilização estava em cena o orçamento para 1994, visando o ajuste fiscal e o corte de despesas do governo. Antônio Delfim Neto havia criticado, em artigo no mesmo jornal, a forma do reordenamento do orçamento do governo para aquele ano, que estaria “cortando vento”. Edmar replica e, ao longo de seu artigo, o Antônio que enfrenta novos tempos se dá conta de que, independentemente do esforço que fazia em prol de ajustes e cortes cuidadosamente planejados, eram as decisões tomadas no passado que continuariam aumentando suas despesas por mais dois anos vindouros. Era preciso dar tempo ao tempo, pois o efeito das decisões passadas só reverteria depois disso. O orçamento governamental fora reordenado com essa perspectiva.

renda de outra pessoa, independentemente da condição social em que se encontre” (p. 34).

Ora, para melhor distribuir a renda gerada pelo crescimento econômico, era preciso começar privilegiando o crescimento da renda dos mais pobres: no cômputo geral Antônio, afinal o único rico, deveria valer menos e os outros cinco mais pobres, mais. As equações de Chenery e Ahluwalia transformam-se então na taxa da pobreza (o crescimento da renda ponderado inversamente ao nível de renda da pessoa), na taxa democrática (o crescimento da renda de cada um valendo tanto quanto o de qualquer outro) e na taxa da riqueza (o crescimento da renda ponderado diretamente de acordo com o nível de renda). E o problema técnico das medições estatísticas revela-se como um problema fundamental de ordem política: medir o crescimento do país pelo crescimento do produto interno bruto (PIB) escamoteava a gritante desigualdade da distribuição da renda, pois equivalia a ponderar o crescimento da renda de cada pessoa de acordo com o seu nível de renda. O PIB era “o felicitômetro dos ricos”! Era preciso rever com urgência os parâmetros utilizados para as medições do crescimento. O rei persuadido resolve adotar os sábios conselhos recebidos: “Não se fazem mais reis como antigamente!” nos diz o autor brincando com a aguardada moral de toda boa fábula. No entanto, a lição moral subjacente apresentada aos leitores (e endereçada aos tecnocratas do Brasil-Belíndia) é de impecável rigor sócio-antropológico: os parâmetros utilizados para medir o crescimento correspondem a escolhas prévias entre quais valores queremos seguir como nação; os números técnicos da economia, além de exigirem fidedignidade de cálculo, correspondem a escolhas políticas e éticas. O nosso economista real, de carne osso, se bateu e se bate até hoje tenazmente em prol dessa associação adequada entre conhecimento profissional apurado e escolhas éticas e economicamente democratizantes.

2. “O fim da inflação no reino de Lisarb” foi publicada em 1985 e concebida em 1984 desde Nova Iorque, onde Edmar era prof. Visitante da Universidade de Columbia.³ Um intrincado problema rugia às vésperas da redemocratização

³ Lisarb é dedicada à Sílvia Gabriela, sua então enteada, e à sua filha Júlia, então com 5 anos de idade, na esperança de que o tal complicado reino ganhasse cores mais próximas aos contos de

brasileira com o fracasso da estratégia gradualista de combate à inflação adotada durante a ditadura. Também na introdução de *Belíndia 2.0*, Edmar nos referencia ao livro de Simonsen (*Inflação. Tratamento de choque versus gradualismo*, de 1970) que organizava o debate que posicionara de um lado Delfim Neto e Reis Velloso – mais favoráveis à acomodação da inflação – e, de outro, Roberto Campos e Octavio Gouvêa de Bulhões – mais favoráveis a um combate explícito. A inflação anual de então superava 200% e, deslocada para Lisarb, uma ilha vizinha a Belíndia, ameaçava destruir o reino tamanha a confusão lá instalada. Afinal, Lisarb era o país dos contrários - tudo funcionava de trás para a frente a começar pelo nome do país e os principais problemas econômicos costumavam ser discutidos no Sambódromo! Nas entrelinhas a mensagem é: Soluções são processos a serem postos em marcha e requerem na partida o estabelecimento mais acurado possível dos termos do problema a ser enfrentado. E as muitas camadas do problema da inflação galopante nos são apresentadas de forma bem humorada em 12 atos do drama-debate que se desenrola entre os personagens da arena e da plateia do Sambódromo. O pessoal que vinha do norte da região Efemeí culpava o déficit orçamentário do governo que produzia emissão de dinheiro. Mas, como no caso do ovo e da galinha, o déficit do governo não era gerado pela própria inflação ao requerer a correção monetária da dívida pública? A solução à la João sem braço da turma interiorana seria simples: parar de pagar a correção monetária, o que apavorava o pessoal da Pátria financeira. Entra em cena a turma do meio de campo com alguma lucidez: o problema é econômico, não contábil. Pouco a pouco – em meio à proliferação de ideias que colidem - vão se delineando com maior clareza alguns parâmetros para o enfrentamento do problema: O que é preciso controlar e como?: 1) Os preços (com tabelamento e congelamento?); – 2) os salários (Como compensar as perdas passadas, i.e., como fazer os salários pararem de subir sem prejudicar os trabalhadores que a cada seis meses viam liquefazer-se seu próprio poder de compra? [Sem falar que cada

fadas e não viesse a se tornar uma verdadeira casa de bruxas. Essas fábulas registram também para as gerações mais novas, como a dos nossos filhos e netos, a memória da inflação, superada graças ao plano real, com a terrível sensação cotidiana de profundo desequilíbrio geral, o desespero surdo com as intermináveis filas de banco diárias para buscar o dinheiro que se evaporava, o estoque de mercadorias compradas no primeiro dia do mês pagas no cartão de crédito que venceria apenas 40 dias depois.

categoria de trabalhadores tinha data diferenciada para seu reajuste]) ? – 3) os juros embutidos na correção monetária da dívida pública?

O reino estava imerso numa cruel temporalidade em que passado/presente e futuro se fusionavam na mesma alucinada corrida de expectativas equívocas. O remédio era veneno: os mecanismos de indexação tornados lei ligavam inexoravelmente a inflação presente àquela passada eternamente projetada no futuro. O valor do dinheiro se liquefazia diariamente. Parodiando Millôr Fernandes, olhando pelo lado dos assalariados, Bacha disse em um artigo na ocasião que “faltavam sempre muitos dias no final do salário”. Como estabelecer um novo marco zero no tempo? Como chegar com razoáveis condições de sucesso no tal dia D – o começo de uma nova temporalidade a ser consagrada pela força simbólica de uma nova moeda e em que um novo pacto econômico obtivesse a adesão de toda a sociedade? Aquele dia em que em “Inflação”, também de 1985 - escrita quando Edmar era presidente do IBGE e membro da equipe econômica do plano Cruzado - “todos se sentam juntos” (p. 53) em um fla-flu no Maracanã de meio de campeonato. Isso porque, num arroubo de grande lucidez e capacidade de liderança, o juiz para por um momento o jogo de futebol e passa a apitar para a plateia que se senta então toda junta para poder ver melhor o jogo. A inspiração acadêmica foi aqui a de um artigo de 1981 de James Tobin, seu ex-professor em Yale, que iluminava um certo tipo de inflação como um problema de ação coletiva. O leitor contemporâneo se familiariza assim com todo o debate que cercou a formulação e implantação do plano Cruzado e pode se dar conta do quanto de experiência e persistência (pois foram importantes as lições do fracasso desse plano) dependeu o sucesso da formulação e implantação do bem sucedido Plano Real, do qual Edmar pôde participar também (com seus colegas-mosqueteiros e com Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda). Com todos os passos pré-anunciados claramente para todos, o Plano Real teve o seu Dia D em 1 de julho de 1994 e antecipadamente preparado pela sofisticada solução transitória do mecanismo de conversão da moeda pela URV (Unidade Real de Valor), que a sofrida população, então tão habituada a índices os mais diversos e a fazer e refazer diariamente contas pôde compreender de imediato!

Mas Lisarb ainda estava pensando lá nos idos de 1985. A inteligência matemática do ilustre Arquimedes (Mário Henrique Simonsen na vida real) - que logo vira o grego e, na confusão da polêmica, logo depois, Zorba! - não consegue se sobrepor ao problema social. Danadinho, o *alter ego* do autor, pondera: A correção monetária não poderia se resolver por si mesmo, pois quem garante que os índices dos preços não continuariam a subir depois de os salários serem ajustados? E se o jogo antigo prevalecesse na indexação pós fixada dos títulos públicos? E a taxa de juros - como fazê-la servir aos interesses do desenvolvimento econômico do país e não àqueles da especulação financeira? E a poupança e o financiamento da habitação?

Os estudiosos percebem que precisam estudar e debater mais e de modo mais organizado. O rei Seven (Tancredo Neves, que na vida real, infelizmente, não chegou à presidência do país) percebeu também quão relevante era sua liderança política para a condução das complexas medidas para o fim da inflação e a retomada do crescimento. E, de modo divertido, nós leitores leigos entendemos que complexidade não é sinônimo de confusão e apreendemos o valor do debate que almeja a clareza dos parâmetros corretos para o enfrentamento dos problemas de interesse público.

3. Problemas nunca faltam. Seguiram-se as dificuldades de retomada do crescimento no mundo cada vez mais globalizado, em especial no final dos anos 1990, com o impacto da crise asiática em 1997 e com a crise russa e os ataques especulativos de 1998. Como repensar políticas sociais adequadas ao século XXI? E ainda os problema das altas taxas de juros e das dificuldades de abertura do país para o comércio internacional, do ajuste fiscal, tão familiares a nossos dias atuais. Acompanhando a produção propriamente acadêmica e também jornalística, a veia fabulística de nosso autor despontou ativa aqui e ali em sua obra.

O impacto da crise financeira mundial de 2008/2009 gestou “O discreto erotismo da macroeconomia”, o epílogo de *Belíndia 2.0*. Essa deliciosa aula-fábula aborda os encontros e desencontros conceituais da Oferta e da Procura nas principais teorias macroeconômicas desde o clássico de Alfred Marshall *Principles of Economics* de 1890 (a bíblia econômica até a crise de 1929). O

debate alinha os monetaristas das Águas Doces (Os grandes lagos da região de Chicago e Minnesota) e os keynesianos das Águas Salgadas (Os oceanos das costas leste e oeste)⁴. A experiência histórica de receituários que associaram as duas senhoras curvas em posições extremas haviam produzido afinal seu indesejável rompimento em 2008! Era preciso ouvir o profeta esquecido: o sábio ponto de partida de Marshall que recomendava a ambas a temperança dos encontros mais harmoniosos. A aula-fábula é também um pleito em prol da boa formação profissional a lembrar a profundidade dos clássicos para a compreensão dos perenes problemas econômicos e da relevância de seus insights para a contemporaneidade.

Também no prefácio ao livro organizado por Felipe Salto e Mansueto de Almeida, *Finanças Públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*, de 2016, Edmar lançou mão de um marciano que pousa em Brasília sem conseguir entender por que a taxa de juros brasileira é tão alta se o déficit e a dívida do governo não são maiores do que em outros países emergentes. O Brasil não foi mesmo feito para extraterrestres e a moral demonstrada do prefácio-fábula recomenda conhecer a história econômica que acompanhou a redemocratização do país e o exame cuidadoso dos números disponíveis com a perspicácia da boa formação profissional.

Talvez esse país não tenha mesmo jeito e, antes desse prefácio, desesperançado depois das eleições de 2014 – sem que sequer aventássemos a dimensão dos problemas que o país viria a enfrentar - a catarse foi a bem humorada “Lendária Terra Brasiliensis” (O Globo, 28/10/014), escrita por seu descendente Ramde Ahcab no ano 2115 da Era Cristã, cem anos depois de renhidas eleições que haviam deixado o país polarizado entre crenças distintas; e quando o país se via “preso na armadilha da renda média, incapaz de seguir uma trajetória de crescimento que o levasse para o nível de renda dos países que eram então os mais avançados do mundo.” Um novo conclave de sábios foi então reunido e um plebiscito acolheu a proposta de transformar a república em 7 unidades políticas associadas em torno de um banco central independente, tendo

⁴ As universidades dessas regiões abrigaram as principais referências intelectuais para a história das teorias macro-econômicas. Em Chicago e Minnessota, estão as universidades do mesmo nome. Próximas aos litorais do Atlântico e do Pacífico estão de um lado MIT, Harvard, Yale, Princeton, e de outro, Berkeley e Standford.

o real como moeda comum e regidas por um regime tributário simples e unificado. A imaginação consolava a tragédia anunciada que enfrentamos ainda, e levava o autor a seu desejo de futuro: a confederação Terra Brasiliensis, a mais próspera e feliz do mundo no despontar do século XXII, pois passara desde então a crescer com equidade e sustentabilidade.

4. Em linguagem simples, a partir de situações cotidianas e bem próximas,⁵ as fábulas convidam o leitor comum a se aproximar, ele também, dos assuntos econômicos, a compreender os termos de grandes problemas e a necessidade mesma de tão candentes debates.

Creio que esse pendor para a escrita imaginativa associada ao impulso de participação na cena pública deita raízes nas Minas Gerais. Edmar nasceu em 1942 em Lambari, então “Águas Virtuosas de Lambary”. Nos anos 1940 Lambari tinha 5.000 habitantes e sua irmã mais velha, Magdala, - que também tem o dom da escrita escorreita - relatou num libreto (*Flashes sobre o casal Maria e Felício Bacha, em Lambari* (2008)) o ambiente amoroso e ao mesmo tempo culturalmente heterogêneo da criação dos sete irmãos dos quais Edmar é o caçula. Felício Bacha, seu pai, era o filho mais velho de Sara e Gabriel, imigrantes libaneses, e sua mãe, Maria de Jesus Lisboa, vinha de família mais tradicional. Era filha de João e Maria Rita Lisboa⁶ e sua irmã, Henriqueta Lisboa, alçou-se como poeta no panteão literário do país. Felício, o pai, trabalhava como administrador na Prefeitura de Lambari, cujo prefeito era o tio materno de Edmar, e a mãe era a diretora do Grupo escolar. A casa da família ficava entre os dois prédios bem próximos e Edmar conta que aprendeu a ler com quatro anos, atravessando a rua rumo à escola da mãe, assistindo às aulas nos corredores, do lado de fora das salas de aula – para desespero das professoras que não queriam ser repreendidas pela diretora pela alfabetização precoce de seu caçula. E lembra-se

⁵ Em 2015, por exemplo, uma pergunta de Luiza, nossa neta então com 10 anos, sobre os preços surreais das coisas no Brasil, foi o impulso para o artigo “Porque o Brasil cresce tão pouco frente a outros emergentes” (Folha de São Paulo. 22/05/2015. p. B4).

⁶ Ver a respeito o discurso de posse de Alaíde Lisboa de Oliveira na Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, o Elogio a seu pai, João de Almeida Lisboa, patrono da cadeira por ela ocupada em 1986 (p. 9-28. Em *Discursos de Posse*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 1998). João Lisboa (1870 - 1947) nasceu em Macaé, era filho de um advogado abolicionista e fixou-se como farmacêutico em Lambari no começo dos anos 1890. Elegeu-se deputado estadual em 1907 e reelegeu-se por várias legislaturas. Foi eleito deputado federal em 1924, reeleito em 1927, tendo voltado a Minas depois da revolução de 1930.

de seu avô materno, o então deputado estadual João Lisboa, desafiando-o aos cinco anos de idade a ler os letreiros dos bondes que circulavam em Belo Horizonte. Felício Bacha, o pai de Edmar, infelizmente morreu cedo, com 51 anos, de uma doença – o mal de Addison - cuja cura havia sido apenas recentemente descoberta e a medicação não pôde chegar na cidade a tempo de salvá-lo. Edmar tinha nove anos e sua mãe tomou a corajosa decisão de realizar um dos sonhos do pai, mudar-se com os filhos para Belo Horizonte e propiciar-lhes a melhor educação possível e um horizonte mais amplo de possibilidades de trabalho. A Lambari dourada e aprazível das lembranças de Magdala, frequentada pela família Vargas e pela elite brasileira, já declinava depois da proibição dos jogos de azar pelo governo Dutra em 1946. Mas deixou marcas suficientemente fortes em Edmar. Entre elas, a curiosidade estudiosa e o gosto pela participação na vida pública então tão próxima dele. Em 1950, com oito anos de idade, quando das eleições para a presidência da República, Edmar dividiu as paredes externas de sua casa com a colagem de cartazes em prol de Cristiano Machado, do PSD (Partido Social Democrático), o candidato a presidente de sua mãe, e em prol de Getúlio Vargas, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o candidato de seu pai. Getúlio ganhou as eleições e um Edmar tão motivado em seu empenho participativo decepcionou-se ao ouvir o pai exclamar aliviado que finalmente teria sossego e poderia limpar a casa!

O menino - carinhosamente retratado por sua tia materna, a também escritora Alaíde Lisboa, em *Edmar, esse menino vai longe* (BH: Ed. São Vicente, 1983; SP: Ed. Peirópolis, 2006) - tornou-se um profissional tão bem formado quanto criativo. Um economista experiente que associou docência, pesquisa e marcantes experiências de atuação pública à imaginação da escrita em prosa limpa. Com os valorosos colegas desta Casa das Garças, ele continua a promover os acirrados conclaves de sábios que povoam suas fábulas. Neles – que, por sinal, geram tantas coletâneas sempre integradas aos principais debates econômicos em pauta - diferenças e divergências podem ser discutidas, confusões superadas. Busca-se um objetivo comum: um crescimento econômico equilibrado que vise a equidade social. Mas busca-se também, muito especialmente aquele imponderável que parece ser a condição prévia e incontornável das boas políticas públicas: o ambiente propício ao debate que Edmar sempre se empenha

em oferecer, em busca de parâmetros lúcidos, capazes de propiciarem o enfrentamento efetivo de nossos complicados problemas.